

# GEPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.639.148/0001-20

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gepar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem necessário. Porto Alegre, 07 de abril de 2026. **A Administração**

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	41	49								
Créditos tributários		8	55								
<b>Ativo não circulante</b>											
Investimentos	5	1.324.840	1.375.199								
		1.324.840	1.375.199								
<b>Total do ativo</b>		<b>1.324.889</b>	<b>1.375.254</b>								

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024
<b>Patrimônio líquido</b>											
Capital social		951.300	413.632								
Reserva de lucros		1.320	503.016								
Prejuízos acumulados		(33.525)	-								
Ajustes de avaliação patrimonial		405.794	458.606								
		1.324.889	1.375.254								
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.324.889</b>	<b>1.375.254</b>								

Reservas de Lucros				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente			
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024
<b>Capital social subscrito</b>											
Legal		37.945	399.751								
Lucros a realizar		-	-								
<b>Aj. de aval. patrimonial</b>											
Acumulados		-	-								
<b>Lucros (prej.) acumulados</b>											
Total do patrim. liq.		1.127.308	1.127.308								

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa de ativ. operac.</b>			
Lucro líquido do exercício		26.398	89.970
Ajustes p/reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das ativ. operacionais	5	(26.479)	(90.025)
<b>Resultado da equiva. patrimonial</b>			
Variação de ativos e passivos		-	-
Outras contas de ativos e passivos		(2)	-
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(83)</b>	<b>(55)</b>
<b>Fluxo de caixa das ativ. de investim.</b>			
Recebimento de dividendos		24.025	24.650
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>24.025</b>	<b>(24.650)</b>
<b>Fluxo de caixa das ativ. de financ.</b>			
Pagamento de dividendos	7	(23.950)	(24.650)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(23.950)</b>	<b>(24.650)</b>
<b>Redução do caixa e equiv. de caixa</b>		<b>(8)</b>	<b>(55)</b>
<b>Caixa e equiv. de caixa início exercício</b>		<b>49</b>	<b>104</b>
<b>Caixa e equiv. de caixa final exercício</b>		<b>41</b>	<b>49</b>

**Nota 1 - Informações Gerais:** A Gepar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As Demonstrações Financeiras da Gepar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 07 de abril de 2026.

**Nota 2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, se estiverem consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente, qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições econômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, conseqüentemente, da Companhia. **Pilar Dois:** O Brasil instituiu o Adicional da CSLL no contexto da adoção das regras do Pilar Dois (GloBE), conforme a Lei nº 15.079/2024, aplicável a partir do ano-calendário de 2025. A Administração avaliou a aplicabilidade das regras do Pilar Dois e concluiu que a Companhia não se enquadra no escopo dessas regras, uma vez que não atende aos critérios para caracterização como Entidade Constituinte, nos termos da regulamentação aplicável. Dessa forma, não há impactos atuais ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia, tampouco foram reconhecidos ou divulgados ativos ou passivos fiscais relacionados a esse tema. A Companhia continuará monitorando eventuais alterações na legislação e interpretações aplicáveis que possam impactar sua avaliação quanto ao escopo do Pilar Dois no futuro. **Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem vários aspectos da reforma que requerem regulamentação. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma, em virtude de suas operações ou de coligações, nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025. **Novas normas contábeis:** As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As emissões e alterações de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são efetivas para o exercício iniciado em 2025, não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e revisou determinados pronunciamentos contábeis cuja adoção é requerida para exercícios iniciados em 2026 ou posteriormente. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos da adoção dessas normas em suas demonstrações financeiras. - Emissão da norma CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Esta nova norma contábil substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração

de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais - 3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o

investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconheço provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia utiliza o Lucro Real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o Imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

**Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no país.

	2025	2024
Conta corrente país	41	49

	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.127.197	90.025	182.626	(24.650)
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1
	<b>1.127.198</b>	<b>90.025</b>	<b>182.626</b>	<b>(24.650)</b>

	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.375.198	26.479	(52.813)	(24.025)
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1
	<b>1.375.199</b>	<b>26.479</b>	<b>(52.813)</b>	<b>(24.025)</b>

Indac Investimentos e Participações S.A. 25.000000% 0,000105% Particip. no capital total (%) 31/12/2025 31/12/2025

	2025	2024
Total de ativos	5.299.401	976.444
Patrimônio líquido	5.299.357	976.444
Lucro líquido do exercício	105.916	13.802

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial compreende o montante de R\$ (79.361), decorrente de efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes, e R\$ 26.548 relativos a outras movimentações provenientes de investimentos em coligações, reconhecido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Companhia.

**Nota 6 - Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais:** A Companhia, através de suas coligações, mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes, outros passivos não circulantes. **b) Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas"). **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como principalmente aquelas indexadas ao CDI e a outras taxas de referência aplicáveis aos mercados em que atuam. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando notadamente o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos pelas empresas coligadas. **Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia está essencialmente relacionado às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Com o objetivo de mitigar esse risco, a administração adota política de realizar aplicações apenas em instituições financeiras com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além

disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a commodities, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de commodities não impactam diretamente as operações da Companhia.

**Nota 7 - Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2025 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 951.300 (R\$ 413.632 em 31/12/2024) dividido em 951.300,432 ações (413.632,263 em 31/12/2024) no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em Assembleia Geral realizada em 26/12/2025, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante capitalização dos saldos de reservas de lucros apuradas até 31/12/2024, sem ingresso de novos recursos financeiros, nos termos do art. 169 da lei nº 6404/76. O aumento de capital social foi realizado por meio de bonificações de ações, utilizando recursos provenientes das reservas de lucros a realizar e da reserva legal conforme demonstrado a seguir:

Valores capitalizados	
Reserva de lucros a realizar	42.443
Reserva legal	460.572
Lucros apurados até 30/09/2025	34.653
	<b>537.668</b>

Em decorrência dessa operação, o capital social foi elevado de R\$ 413.632 para R\$ 951.300, mediante a emissão de 537.668,169 novas ações ordinárias, distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de suas participações na data base estabelecida. A bonificação não alterou o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, tampouco implicou movimento no caixa, representando apenas a reclassificação de contas do patrimônio líquido. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em

sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em coligadas e o efeito de opção de ações de coligadas. **c) Reserva de lucros: 1) Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. **2) Lucros a realizar** - a Companhia transfere para a reserva de lucros a realizar o montante do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será distribuída conforme disponibilidade de caixa da Companhia. **d) Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será deliberada em Assembleia de Acionistas, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Em 2025 a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios na forma do previsto em seu estatuto no montante de R\$ 6.269 (R\$ 21.368 em 2024), adicionalmente, distribuiu, antecipadamente, dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 17.681 (R\$ 3.282 em 2024), totalizando o montante de R\$ 23.950 (R\$ 24.650 em 2024) pagos ao longo do exercício, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.398	89.970
Reserva legal 5%	(1.320)	(4.498)
Lucro líquido ajustado	25.078	85.472
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado	6.269	21.368
Dividendos adic. ao mínimo obrig.	17.681	3.282
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>23.950</b>	<b>24.650</b>

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
20/02/2025	17/03/2025	1.700
20/02/2025	10/04/2025	850
29/04/2025	20/05/2025	3.600
29/04/2025	29/05/2025	1.800
01/08/2025	19/08/2025	2.667
01/08/2025	09/09/2025	1.333
31/10/2025	12/12/2025	8.000
31/10/2025	17/12/2025	4.000
		<b>23.950</b>

**Nota 8 - Resultado por Ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes utilizados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2025	2024
<b>Básico e diluído</b>		
<b>Ações</b>		
(Em milhares, exceto ações e dados por ações)		
<b>Numerador básico</b>		
Lucro alocado disponível para os acionistas	26.398	89.970
<b>Denominador básico</b>		
Média ponderada de ações	951.300.432	413.632.263
Lucro por ação (em R\$) - básico e diluído	0,03	0,09

**Nota 9 - Evento Subsequente: I)** Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, a criação de um novo programa de recompra de ações de sua emissão, cujo prazo para aquisição se iniciará em 24/02/2026, com prazo máximo de 18 meses, visando à aquisição de até 55.000.000 ações preferenciais, representando aproximadamente 4,4% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs lastreados em ações preferenciais (GGB) em circulação e até 1.441.120 ações ordinárias, representando aproximadamente 10% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação. **II)** Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, o cancelamento de 418.800 ações ordinárias (GGBR3) e 7.700.000 ações preferenciais (GGBR4), de sua emissão, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento de ações aprovado, o capital social da controlada Gerdau S.A. passou a ser dividido em 717.363.819 ações ordinárias e 1.275.397.330 ações preferenciais, todas sem valor nominal. A respectiva alteração ao art. 4º do Estatuto Social da controlada Gerdau S.A., para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada. A Companhia esclarece que tais deliberações não produzem quaisquer efeitos diretos sobre suas atividades, posição patrimonial e/ou Demonstrações Financeiras.

**Diretora-Presidente:**  
Germana Johannpeter Steiman  
**Diretor-Superintendente:**  
Lourenço Johannpeter Nabuco  
**Contador:**  
Denise Abreu Lanzoni  
CRC/RS nº 93282/0